XIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde

10 de Junho de 2011

Salão de Convenções, CONMEBOL

Luque, Paraguai

PROPOSTA DE DECLARAÇÃO

Os Ministros e Ministras da Saúde, reunidos na XIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde, realizada em 10 de Junho de 2011, no Salão de Convenções da CONMEBOL, Luque, Paraguai; no âmbito da XXI Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, cujo eixo temático é "Transformação do Estado para o Desenvolvimento", apresentam a seguinte declaração propondo ações que contribuam construir um Estado gerador de um desenvolvimento com rosto humano, capaz de propiciar uma sociedade mais equitativa, integrada e unida, que garanta o direito à saúde de maneira universal; fortalecendo ativamente o intercâmbio e cooperação entre os países ibero-americanos.

Considerando que:

1. Os países da Ibero-América compartilham valores e enfrentam desafios similares. Os valores compartilhados se vinculam com uma história de integração do diverso, de abertura à migração e de construção dos nossos países partindo dessa vontade de inclusão social.
2. Reconhecemos que os esforços das sociedades e das políticas públicas dos países da Ibero-América devem encaminhar em direção ao desenvolvimento humano e social. Isto apresenta o desafio de melhorar a qualidade de vida dos povos, de superar os níveis existentes de pobreza e exclusão, assegurando a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento das capacidades das pessoas e suas comunidades.
3. As reformas da saúde da América Latina, vinculadas e subordinadas aos processos de reforma do Estado moldurados nos lineamentos neoliberais promovidos principalmente pelo Consenso de Washington, levaram os países da região a uma redução do papel dos governos com severas repercussões nos Sistemas de Saúde. Estas reformas têm dado mostras de esgotamento dando lugar a novas reflexões desde uma perspectiva ampla vinculada ao desenvolvimento e a um Estado transformado que garanta o direito à saúde, promova a realização das pessoas e dos povos, suas liberdades efetivas e sua capacidade de apoderar-se para ser partícipes de seu próprio desenvolvimento.
4. Apesar de que alguns países têm obtido significativos avanços, ainda persistem grandes desafios em relação ao exercício do direito à saúde e ao acesso à assistência sanitária, que não é universal e em muitos casos é praticamente inexistente para os grupos sociais que mais a necessitam. Em muitos países a oferta de serviços de

[Handwritten signatures in blue ink, including 'mex', 'h', 'a', 'A', 'O', 'L', 'et al']

saúdeé fragmentada, e nem sempre reflete as expectativas, valores sociais e preferências culturais de suas populações.

5. O reconhecimento do direito à saúde implica o sucesso de uma cobertura universal, equitativa e integral, e exige a adoção de políticas tendentes a estruturar sistemas de saúde, com base na Atenção Primária de Saúde que permitam aproximar os serviços à população e estabeleçam uma inter-relação entre os demais níveis de atenção que os conformam, articulados nas redes integradas de saúde, e que possam tornar sustentáveis estas ações. Requer-se, além disso, um sistema de financiamento sustentável, que permita as pessoas a aceder os serviços de saúde quando os necessitem, sem que sua capacidade de pagamento lhes impeça.

6. A saúde se encontra determinada por diversos e dinâmicos processos sociais, econômicos, culturais e ambientais, a responsabilidade pelo seu cuidado é de todos, e se bem que o direito à saúde exceda amplamente a atenção médica reparadora orientada à enfermidade, o papel dos sistemas de serviços de saúde é fundamental. Isto implica a necessidade de políticas de Estado e compromisso partindo de todos os setores: organismos públicos, empresas privadas, organizações da comunidade, organizações internacionais e de cada um dos cidadãos

7. A mais de 30 anos de Alma Ata grande parte da cidadania da América Latina se encontra ainda distante de poder exercer seu direito à saúde e de dispor de sistemas de saúde equitativos, solidários e universais. As políticas de saúde encaminhadas a apoiar esta meta e que lhes permitam aos Ministérios de Saúde assumir este desafio têm sido insuficientemente implementadas.

8. É imprescindível sortear estas dificuldades e repensar uma estratégia da qual surjam ações que nos aproximem não somente ao cumprimento dos Objetivos do Milênio, senão à plena implementação dos valores e princípios que sustenta a Atenção Primária da Saúde para que o direito à saúde possa ser exercido por toda a população e a igualdade atravesse como princípio básico das políticas públicas para o desenvolvimento.

9. Reconhecemos que os esforços das sociedades e das políticas públicas devem ser orientados em direção ao desenvolvimento humano e social. Isto implica que ditos esforços requerem forte compromisso dos Países Ibero-Americanos para o melhoramento da qualidade de vida dos povos. A saúde é uma das premissas para alcançar o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade; e é, de igual modo, um dos indicadores de nível do bem-estar social alcançado. Além disso, o desenvolvimento e fortalecimento dos Sistemas de Saúde contribui de forma significativa ao desenvolvimento econômico das sociedades.

10. A abordagem dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio tem posto em evidência que quando se formulam objetivos claros, delimitados e simples de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature labeled 'MOR' at the bottom left.

comunicar resulta mais fácil construir alianças e desenvolver marcos de cooperação adequados para produzir resultados concretos em termos de saúde. Embora se requer, a nível de país, da vontade política necessária para impulsar ações em benefício da população mediante planos nacionais de saúde que permitam alcançar as metas e objetivos propostos.

Concordamos:

1. Reafirmar que o Estado tem a obrigação de garantir o exercício do direito à saúde, através de um sistema de saúde que assegure a universalidade da atenção, a equidade no acesso e a qualidade das prestações, no marco de um esforço mais amplo orientado a estabelecer um sistema de proteção social, dentro do qual se estabeleçam as condições necessárias para que a sociedade em seu conjunto, as pessoas ou grupo de pessoas, possam exercer seus direitos sociais de maneira efetiva, sem restrição de nenhum tipo.
2. Empreender ações conjuntas em benefício de todos os países membros que permitam garantir o acesso aos Serviços de Saúde equitativos, aos medicamentos, à utilização de equipamentos e tecnologias apropriadas, assegurando a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento das capacidades das pessoas e suas comunidades, recusando a aplicação de medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional ou ações de qualquer natureza ou procedência que impeçam o adequado desenvolvimento humano e social dos povos da Região.
3. Instar aos Estados a assegurar o financiamento sustentável dos sistemas de saúde, para permitir que as pessoas acessem aos serviços de saúde quando os necessitem, sem que sua capacidade de pagamento o impeça.
4. Incorporar o enfoque dos determinantes sociais nas políticas de saúde, promovendo um desenvolvimento sustentável baseado na justiça social; pelo qual deve ser um compromisso de todos os setores da gestão pública e de todas as instâncias da vida econômica e social dos países educar a população neste enfoque, em busca de uma efetiva participação comunitária na tomada de decisões em todos os níveis.
5. Fortalecer a função da autoridade sanitária para assumir um papel de liderança na abordagem intersetorial da saúde, articulando e coordenando com todos os setores, públicos e privados, sociais e econômicos, para atuar conjuntamente na transformação dos determinantes sociais e reduzir as desigualdades na saúde.
6. Envolver, comprometer e instar as autoridades de outros setores para que atendam as necessidades sanitárias como por exemplo, dotação de água potável, trabalho decente, ambiente saudável, moradia digna e educação com um enfoque de gênero e interculturalidade em todas estas gestões.

7. Fortalecer o papel reitor do Estado mediante a profissionalização da administração pública, a qualificação dos Recursos Humanos de saúde disponíveis e a incorporação de profissionais no sistema de saúde por meio de um mecanismo baseado na capacidade e méritos que garantam a igualdade de oportunidades.
8. Fortalecer a formação dos Recursos Humanos com uma adequada planificação que permita o melhor funcionamento dos serviços para fazer frente às necessidades da saúde da população.
9. Intercambiar entre os países ibero-americanos as experiências em formação e gestão de recursos humanos para a saúde, assim como as estratégias exitosas encaminhadas à promulgação de incentivos e estímulos laborais enfocados a reduzir as migrações deste pessoal, como um dos elementos cruciais para a sustentabilidade dos sistemas de saúde.
10. Dinamizar as redes de saúde existentes e impulsionar programas de cooperação entre países e o intercâmbio de boas práticas, como objetivo de fortalecer e melhorar a qualidade da atenção sanitária.
11. Fortalecer os sistemas de informação sanitária, incorporando os avanços das novas tecnologias e facilitando a interoperabilidade entre eles, como instrumentos para melhorar o conhecimento da situação de saúde e facilitar a tomada de decisões eficazes e eficientes.
12. Reafirmar que o fortalecimento dos sistemas integrados de saúde é essencial para o desenvolvimento dos nossos Estados e que o desenvolvimento econômico e social se veja beneficiado pelas medidas que fortalecem a criação de capacidade em saúde pública; sendo que para atingir a equidade em saúde é imprescindível assegurar a cobertura universal e integral de ações e prestações essenciais e necessárias com enfoque de gênero e tendo em conta as diferentes culturas, etnias, orientação sexual e capacidades pessoais.

Elevar à XXI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo os seguintes acordos:

1. Nossos Estados têm a obrigação de garantir o exercício do direito à saúde, assegurando a universalidade na atenção, a equidade no acesso, a qualidade das prestações e o financiamento suficiente e sustentável dos sistemas de saúde de nossos países, no marco de um sistema de proteção social.
2. Nossos Estados devem incorporar o enfoque dos determinantes sociais nas políticas públicas de saúde, fortalecendo a função da autoridade sanitária para que assumam um papel de liderança na abordagem intersetorial na promoção da participação social na saúde, incorporando a perspectiva de gênero e de interculturalidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top left and several smaller ones below it.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom center and several smaller ones to its right.

3. Expressamos nosso interesse em desenvolver instrumentos, identificar e intercambiar experiências e boas práticas em áreas tais como a construção de sistemas universais de saúde, o desenvolvimento e gestão de Recursos Humanos, os sistemas de informação e a aplicação de novas tecnologias.

[Handwritten signature]

PARAGUAY

[Handwritten mark]